

## Proposta de classificação harmonizada do Talco

O presente documento visa sinalizar as fortes preocupações da Associação Portuguesa de Tintas face à proposta europeia que sugere a classificação harmonizada do talco como substância potencialmente cancerígena. O processo encontra-se em apreciação no Comité de Avaliação de Riscos (RAC/ECHA) para posterior decisão da Comissão Europeia. Urge garantir uma intervenção do Ministério da Economia para proteger a competitividade nacional perante um dossiê de contornos desproporcionais para o nosso tecido produtivo.

### 1. Fragilidades e Escrutínio Técnico da Proposta

Analisando a proposta em detalhe, detetam-se inconsistências de base que justificam uma posição nacional questionadora e ativa, não devendo o Estado Português atuar como mero recetor da medida:

- **Dados Científicos Desatualizados:** O estudo que despoletou este processo data de 1993. É manifestamente difícil compreender como é que dados com cerca de 30 anos justificam, só agora, uma proposta restritiva apresentada pelos Países Baixos, sem que tenha ocorrido qualquer iniciativa idêntica nas últimas décadas.
- **Desfasamento das Condições Reais de Uso:** Os ensaios de base assentam em níveis de exposição intensa e direta ao pó. Este cenário não reflete o ciclo de vida do talco enquanto carga funcional embebida na matriz das tintas. O único risco de contacto ocorre pontualmente na lixagem — tarefa não prolongada e onde o uso de proteção individual (EPI) é prática normativa.
- **Critérios do Regulamento CLP não preenchidos:** Segundo a Associação Europeia dos Produtores de Talco (*Eurotalco*), não existem evidências claras, consistentes e inequívocas de que a substância tenha propriedades intrínsecas cancerígenas nos moldes exigidos pelo Regulamento.

### 2. Dimensão do Impacto Económico e Operacional

O impacto será fundamentalmente económico, impondo encargos avultados às empresas devido a uma hipótese que carece de corroboração sólida. O talco não tem substituto direto; abolir o seu uso não é uma simples troca de componente, implica reformulações integrais, novos testes laboratoriais e, na maior parte dos casos, a perda irrecuperável de propriedades das tintas.

### Impacto Estimado no Mercado Nacional:

Indicador / Rúbrica	Estimativa
Volume de negócios potencialmente afetado	~ 220.000.000 €
Produtos que exigem reformulação técnica	335 produtos
Fórmulas e cores afetadas	690.000 unidades
Perda por proibição de venda a particulares (31% do mercado)	~ 68.000.000 €
Custos diretos em I&D (valor mínimo)	1.390.000 €

Este ecossistema - apenas considerando o universo do setor das tintas e vernizes - representa mais de 3.000 postos de trabalho e um volume de negócios global a rondar os 780 milhões de euros. O agravamento regulatório vai prejudicar as empresas exportadoras nacionais e encarecer, por arrasto, os custos da construção civil.

### O Cenário Europeu:

A cadeia de valor do talco (a montante e a jusante) movimenta mais de 500 mil milhões de euros na UE, assegurando 110.000 empregos indiretos em quase 4.000 empresas. Uma decisão com esta abrangência tem consequências estruturais, pelo que não pode ser enquadrada como um mero expediente técnico de nicho.

## 3. Pedido Concreto ao Senhor Secretário de Estado

A posição de Portugal em Bruxelas provém da concertação de várias entidades oficiais. No entanto, a condução técnica deste dossiê tem estado entregue sobretudo às tutelas da Saúde (DGS) e do Ambiente (APA). Neste sentido, solicitamos o apoio e envolvimento direto do Ministério da Economia em três eixos vitais:

- **Inclusão da Vertente Económica:** Garantir que a resposta do Estado Português integra os reflexos industriais, económicos e de empregabilidade da medida, não cingindo a análise ao enfoque restrito sanitário.
- **Diálogo Institucional:** Assegurar que o Ministério da Economia — nomeadamente via IAPMEI — intervém de forma ativa, mediando o diálogo entre o setor e os gabinetes do Ambiente e da Saúde.
- **Celeridade no Processo:** Estabelecer canais de articulação rápidos para incorporar a perspetiva industrial de forma atempada, respeitando os apertados prazos de decisão impostos pelo calendário europeu.

25 de maio de 2026

*Carina Domingues*

**Carina Domingues**

Secretária Geral

APT - Associação Portuguesa de Tintas